

Conselheiros da Diáspora querem mais exportação de produtos açorianos

O Conselho da Diáspora Açoriana aprovou um voto de solidariedade – proposto pelos conselheiros da entidade – referente ao incêndio recente no Hospital Divino Espírito Santo (HDES), e um outro voto, também de solidariedade, apresentando pelo Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, Paulo Estêvão, sobre as cheias, que já causaram mais de 70 mortos, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

Falando aos jornalistas à margem da abertura do encontro, que decorreu até quarta-feira em Ponta Delgada, Paulo Estêvão lembrou que naquele estado vivem muitos milhares de açordescendentes, uma “grande comunidade” que integra a “diáspora de grande dimensão” cujos representantes se reúnem por estes dias em São Miguel.

“Este Conselho dá voz ao conjunto da comunidade açoriana”, realçou o governante.

Na sessão inicial foram apresentados pelos conselheiros alguns desafios, como o “potencial económi-



co de intercâmbio”, seja por via da exportação de produtos dos Açores ou de investimento de representantes das comunidades na Região.

Maior intercâmbio cultural foi também defendido na abertura da reunião do Conselho da Diáspora Açoriana, tendo também sido abordado por alguns conselheiros o desejável “reforço de ligações aéreas à diáspora” por parte da SATA.

Da parte do Governo dos Açores, o Secretário Regional dos Assun-

tos Parlamentares e Comunidades garantiu que irá levar a debate com o Governo da República a procura de mecanismos “para que se encontrem formas de potenciar a atividade económica, nomeadamente a nível de questões alfandegárias, responsabilidade do Estado”.

O Conselho da Diáspora Açoriana reúne ordinariamente a cada dois anos – é composto por 35 membros, incluindo os 19 conselheiros escolhidos pela pró-

pria diáspora açoriana, através dos círculos eleitorais da Bermuda (um), Brasil (cinco), Canadá (cinco), Estados Unidos da América (cinco), Uruguai (um), continente português e Madeira (um) e resto do mundo (um), para mandatos de quatro anos.

Integram ainda este Conselho três representantes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um representante do Conselho Mundial das Casas dos Açores e os diretores regionais com competências nas áreas da emigração e comunidades, da solidariedade social, da qualificação profissional e emprego, da cultura, do turismo e dos incentivos.

O CDA inclui igualmente um representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, um representante das associações de emigrantes com presença e atividade na Região, um representante da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas e um representante do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Governo dos Açores quer grupo de trabalho para analisar substituição do cabo submarino inter-ilhas

Em carta dirigida ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Miguel Pinto Luz, o Vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, solicitou a criação urgente de um grupo de trabalho com o objectivo de analisar a solução técnica mais adequada para a substituição célere dos cabos submarinos inter-ilhas, à semelhança do que foi criado para o processo de substituição do anel CAM.

“Este é um assunto prioritário para o Governo dos Açores em matéria de comunicações e muito relevante para catapultar o desen-

volvimento regional para novos patamares”, considerou Artur Lima.

Na carta enviada, Artur Lima salienta o “atingimento da obsolescência do anel interilhas de cabos submarinos de fibra óptica, infraestrutura responsável pela ligação das ilhas de Santa Maria, Terceira, Faial, Pico, São Jorge e Graciosa às ilhas do Corvo e das Flores e à ilha de São Miguel e, por essa via, responsável pela conectividade digital destas oito ilhas ao continente português e ao resto do mundo” e a apresentação de “algumas debilidades que fazem temer pela conti-

nuidade e qualidade do importante serviço de conectividade digital que suporta” como razões que justificam o avanço célere deste processo.

O Vice-presidente do Governo refere que cabe ao Governo da República cumprir as suas “competências constitucionalmente previstas de promoção da coesão económica e social de todo o território nacional e promoção da correcção das desigualdades derivadas da insularidade das regiões autónomas”.

Na missiva enviada ao Ministro, é sugerido que o grupo de trabalho seja presidido pela ANACOM

e possa integrar representantes do Ministério das Infraestruturas, Governo dos Açores e da IP-Telecom, sendo que o seu mandato de atuação não deve ser superior a seis meses. Artur Lima defende ainda que, em termos de objetivos, este grupo de trabalho deverá propor uma solução que permita que a conectividade se faça de acordo com o melhor estado da arte e uma calendarização para a renovação do sistema de cabos com estimativa de custos, bem como ponderar a utilização desse sistema para suporte de tráfego associado a projectos científicos.

Ordem dos Médicos elogia resposta no HDES

A Ordem dos Médicos disse estar pronta para apoiar o Serviço Regional de Saúde dos Açores e elogiou a “enorme capacidade de resposta” dos profissionais após o incêndio no hospital de Ponta Delgada.

Após uma visita ao Centro de Saúde de Ponta Delgada, o bastonário da Ordem dos Médicos, Carlos Cortes, disse ser “importante criar uma rede de apoio” para ajudar o Serviço Regional de Saúde (SRS).

“A Ordem dos Médicos tem recursos, a Ordem dos Médicos tem uma rede, a Ordem dos Médicos tem contactos. Tudo aquilo que



poderemos oferecer será oferecido. Vim aqui apresentar todo o apoio da Ordem dos Médicos naquilo que for necessário”, afirmou Carlos Cortes.

O responsável pela Ordem dos

Médicos, que vai ter uma reunião com o Governo dos Açores hoje, elogiou a “capacidade de resposta” dos profissionais e considerou que as unidades de saúde da ilha foram “muito bem organizadas” após o incêndio no maior hospital do arquipélago, na ilha de São Miguel.

“Fiquei agradavelmente surpreendido com a enorme capacidade de resposta que os profissionais de saúde tiveram, tal como o Conselho de Administração e o gabinete de crise que foi criado”, assinalou.

Carlos Cortes confessou estar “emocionado” com o exemplo do

Centro de Saúde de Ponta Delgada, que, “não sendo um local para internar doentes”, conseguiu “organizar-se para dar conforto e humanização aos doentes”.

“Numa área de internamento mais ligada à cirurgia, os doentes tinham sido retirados das camas e colocados em frente às janelas para verem a luz do dia e o espaço exterior. Achei curioso no meio da crise as pessoas ainda se lembrarem destas coisas, que podem parecer insignificantes, mas para as pessoas que estão fragilizadas são sinais de humanização”, reforçou.